

FOCO NO PLANALTO

Notas sobre a semana de 1º a 5 de junho, em Brasília.

INSTABILIDADE POLÍTICA E INSTITUCIONAL.

O aumento da pressão sobre o presidente Jair Bolsonaro e suas reações, cada vez mais voltadas para sua base de apoio social mais engajada, mantém o país numa crise política e institucional entre os Poderes. O quadro se agrava em um momento ainda crítico no enfrentamento da crise do Coronavírus e sem a recuperação econômica e fiscal almejada.

Os primeiros quatro meses já mostravam sinais crescentes de instabilidade. Contudo, o cenário foi agravado com as investigações de possível tentativa de interferência do presidente em investigações da Polícia Federal e o avanço do inquérito envolvendo parlamentares, assessores, influenciadores digitais e empresários apoiadores do presidente contra ministros do STF. As manifestações críticas dos ministros Abraham Weintraub (Educação) e general Augusto Heleno (Segurança Institucional) sobre os ministros do STF também contribuíram para o acirramento dos ânimos entre o Executivo e o Judiciário. Após a provocação acerca da legalidade do inquérito pelo Procurador Geral da República, o Presidente do Supremo, ministro Dias Toffoli, definiu que o tema será tratado pelo Tribunal no dia 8 de junho.

A questão pode ter repercussão ainda no Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Na última sexta (29), o ministro Og Fernandes abriu um prazo de três dias para o presidente Bolsonaro e vice Hamilton Mourão se manifestem sobre a inclusão de informações do inquérito em curso no STF em dois processos da Justiça Eleitoral que apuram denúncias de utilização de empresas para efetuarem disparos de mensagens com notícias falsas contra opositores durante a campanha de 2018.

No Congresso, é forte o ímpeto para aprovação de uma legislação dura para o combate das fake news, em um discurso que reforça a disposição de confronto com o Palácio do Planalto. No Senado Federal foi agendada para amanhã (2) a discussão e votação o PL 2630/20, do senador Alessandro Vieira, que estabelece responsabilização das plataformas digitais quanto aos conteúdos publicados nas redes.

As manifestações contra o governo, restritas nos últimos meses a painéis em função do Coronavírus, demonstram agora que podem voltar a ganhar as ruas. Em São Paulo teve um movimento que foi apoiado por torcidas organizadas de futebol, partidos de oposição e seus apoiadores, que também articulam a realização de novas manifestações nas próximas semanas.

Destaques da Semana

Segunda

- [Presidente do Banco Central](#) participa de audiência da Comissão Mista COVID-19, para debater as ações do Banco Central relacionadas à emergência de saúde pública.

Terça

- [Previsão de votação](#) do **PL 2630/20** (*Combate às Fake News*), no Senado.

Semana

- Início da Flexibilização da quarentena em estados como São Paulo, Rio de Janeiro, Maranhão, Pará e Ceará.

Poder Executivo

Presidência da República

Agenda do Presidente – Jair Bolsonaro se reuniu, nesta segunda (25), com o ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, com o ministro do Desenvolvimento Regional, Rogério Marinho, com o ministro da Economia, Paulo Guedes, com o ministro da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, Marcos Pontes, com o comandante da Aeronáutica, Carlos Moretti e com o presidente executivo do Instituto Aço Brasil, Marco Polo de Mello Lopes.

Agenda do Vice-Presidente – Hamilton Mourão se reuniu com o presidente executivo do Instituto Aço Brasil, Marco Polo de Mello Lopes, com o presidente da USIMINAS, Sergio Leite de Andrade, com a diretora do Departamento de Produção Sustentável e Irrigação do MAPA, Mariane Crespolini e com representantes da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos.

Casa Civil

Agenda do Ministro-Chefe – Braga Netto se reuniu, nesta segunda, com o presidente da República, Jair Bolsonaro, com governadores do Nordeste, com governadores do Norte, com o diretor adjunto da Primeira Diretoria da ANVISA, Juvenal de Souza Brasil Neto e participou de reunião do comitê de Crise para Supervisão e Monitoramento dos Impactos da Covid-19.

ME

Ministério da Economia

Agenda do Ministro – Paulo Guedes se reuniu, nesta segunda, com o presidente da República, Jair Bolsonaro e com os secretários especiais do Ministério.

Balança Comercial – Para o saldo da balança comercial (resultado do total de exportações menos as importações), a projeção em 2020 permaneceu em US\$ 45,50 bilhões de resultado positivo. Para o ano que vem, a estimativa dos especialistas do mercado continuou em US\$ 45 bilhões de superávit. A previsão do relatório para a entrada de investimentos estrangeiros diretos no Brasil, em 2020, caiu de US\$ 65 bilhões para US\$ 64 bilhões. Para 2021, a estimativa dos analistas passou de US\$ 76 bilhões para US\$ 75 bilhões.

BACEN Banco Central do Brasil

Agenda do presidente – Roberto Campos Neto participou de audiência pública na Comissão CN-COVID19 e de reunião com representantes do Ministério da Economia e de instituições financeiras.

Boletim Focus – Economistas do mercado financeiro reduziram novamente a previsão para o Produto Interno Bruto (PIB) neste ano e também baixaram a expectativa de inflação em 2020. Para o PIB de 2020, a projeção passou de 5,89% para 6,25%. Essa foi a 16ª queda seguida no indicador. Os analistas também reduziram, de 1,57% para 1,55%, a estimativa de inflação para 2020. Foi a 12ª redução seguida do indicador. A expectativa de inflação do mercado para este ano segue abaixo da meta central, de 4%, e também do piso do sistema de metas, que é de 2,5% neste ano. O mercado segue prevendo corte na taxa básica de juros da economia brasileira neste ano. Atualmente, a taxa Selic está em 3% ao ano. A previsão dos analistas para a taxa Selic, no fim de 2020, ficou estável em 2,25% ao ano. Para o fim de 2021, a expectativa do mercado subiu de 3,29% para 3,38% ao ano. Isso quer dizer que os analistas

BNDES
Banco Nacional do
Desenvolvimento

seguem estimando alta dos juros no ano que vem. A projeção para a taxa de câmbio no fim de 2020 ficou estável em R\$ 5,40. Para o fechamento de 2021, subiu de R\$ 5,03 por dólar para R\$ 5,08 por dólar.

Agenda do presidente – Gustavo Montezano se reuniu com representantes do Ministério da Economia, da Caixa Econômica Federal e do Banco do Brasil, se reuniu com o presidente da República, Jair Bolsonaro e com representantes do Banco Central.

Poder Legislativo

Câmara dos Deputados

Plenário

Na Câmara há previsão de que sejam apreciadas ao menos 3 medidas provisórias e diversos projetos. Há expectativa de que na sessão prevista para a próxima terça (2) a [MPV 944/2020](#), que prevê a abertura de linhas de crédito para empresas financiarem as folhas de pagamento de seus funcionários seja votada. A votação da medida é mais uma tentativa de reduzir a taxa de desemprego em virtude da pandemia do novo Coronavírus.

Nesse mesmo sentido, também há expectativa de que o Plenário aprecie a [MPV 932/2020](#) que altera a alíquota de algumas contribuições sociais recolhidas por autônomos.

Senado Federal

Plenário

Já no Senado Federal, a pauta conta com diversos projetos que visam combater a violência doméstica, que teve seu quadro agravado em virtude do isolamento social (PLs nº [1291/2020](#), [1798/2020](#) e [1796/2020](#)). Uma pauta polêmica é o [PL 2630/2020](#) que pretende regular conteúdo da internet sob alegação de combate às Fake News. Diversas entidades têm apresentado críticas em relação ao texto com riscos para a liberdade de expressão.

Além disso, deve ser apreciada a [MPV 936/2020](#), que dispõe sobre o Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda. A medida foi aprovada na semana passada pelos deputados, nos termos do parecer do deputado Orlando Silva (PCdoB/SP), e agora será submetida à análise dos senadores.

Temáticas em Pauta nas Comissões

ECONOMIA

COVID-19

Audiência Pública – debater as **ações do Banco Central relacionadas à emergência de saúde pública** relacionada ao combate ao novo Coronavírus (Covid-19). Convidado: **Roberto Campos Neto** - Presidente do Banco Central do Brasil.

COMISSÃO MISTA COVID-19 | Segunda (1º)

Política

Governo atualiza programação orçamentária. A Presidência da República editou o Decreto Nº 10.385 atualizando a programação orçamentária do ano de 2020. Esta atualização envolve os gastos que o Executivo pretende realizar ao longo do ano. Entre outras determinações, o decreto determina, entre outras coisas, o cronograma mensal de pagamento entre junho de 2020 e dezembro de 2020 relativo às dotações da Lei Orçamentária de 2020 e os restos a pagar da maioria das fontes de receita, excetuando, entre outras, a participação da União na capital de empresas, emendas impositivas individuais, emendas impositivas de bancada, emendas de comissão e emendas de relator. O decreto determina o pagamento, entre outros órgãos, da Presidência da República, de ministérios como o da Agricultura, da Economia, da Educação, da Defesa e da Saúde; agências como a Agência Nacional de Telecomunicação (Anatel), Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) e Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e órgãos como o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) e o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação; da Advocacia-Geral da União e da Controladoria-Geral da União. Fonte: Agência Brasil

Com cargos, Centrão blindo Bolsonaro na briga com Moro, mas não contra STF. Com a entrega de cargos-chave, líderes dos principais partidos do Centrão garantem blindagem política ao presidente Jair Bolsonaro se o Planalto precisar de apoio para sobreviver politicamente no Congresso a um eventual processo que tenha como base acusações do ex-ministro da Justiça e Segurança Pública Sergio Moro, como a de interferência política na Polícia Federal. Porém, o bloco, o maior da Câmara, não endossará a briga de Bolsonaro contra o Supremo Tribunal Federal (STF), pelo contrário: apesar dos cargos, líderes afirmam ao blog que ficarão com a defesa da Corte. No entanto, admitem líderes dos principais partidos, que o cenário é outro quando se analisa de forma isolada as acusações de Moro — tido como antagonista do Congresso, por conta de suas investigações quando juiz da Lava Jato. "Aí nosso compromisso é total com Bolsonaro", disse o presidente desta sigla. Fonte: G1 Notícias

Trump quer um G11, mas sem o Brasil. O anúncio do presidente Donald Trump de que pretende reunir uma espécie de G10 ou G11, sem mencionar o Brasil, marca um retrocesso constrangedor da posição brasileira na governança global, uma espécie de rebaixamento para a 2ª divisão da ordem internacional. No sábado, Trump adiou para setembro o encontro de cúpula do G7, reunindo os líderes das maiores economias (EUA, Alemanha, Japão, França, Reino Unido, Canadá e Itália) para discutir a futura relação com a China. A novidade é que ele quer convidar também a Rússia, Coreia do Sul, Austrália e Índia para o evento. Essa "desmoralização", notam analistas, é a tradução de um desgaste internacional do país, que atingiu o auge com os incêndios da Amazônia e a gestão da pandemia. Fonte: Valor Econômico

Ministério da Economia troca secretário e quer desregulamentação radical do setor privado. O secretário de produtividade do Ministério da Economia, Carlos da Costa, tem dito internamente que pretende dar largada a uma desregulamentação radical em setores econômicos. O ponto de virada ocorre com a saída do economista César Mattos, que já foi do Cade (Conselho Administrativo de Defesa da Concorrência), e chefiava a secretaria de Advocacia da Concorrência e Competitividade até a última semana. Fonte: Folha de S. Paulo

Mansueto descarta aumento de impostos em meio à crise. O secretário do Tesouro Nacional, Mansueto Almeida, descartou na sexta-feira qualquer tentativa, no momento, de discussão em torno do aumento da carga tributária no país, apesar da deterioração das contas públicas com a expansão dos gastos para combate aos efeitos da pandemia do coronavírus. "Não é hora para se discutir aumento de imposto, aumento de carga tributária, muito menos um imposto sobre transação financeira. Então isso está fora de cogitação", afirmou Mansueto em entrevista à CNN Brasil. Fonte: Reuters

Último Foco

Investimentos em startups seguem aquecidos, mesmo na pandemia. Uma pesquisa divulgada pela Anjos do Brasil em março mostrou que 64% pretendiam diminuir as atividades em startups. Por outro lado, dados da

Distrito Data Miner mostram um aumento no volume geral de investimentos no primeiro semestre de 2020, na comparação com o mesmo período do ano passado, apesar de uma pequena queda de pouco mais de 1% no número de empresas investidas. Outro dado interessante é que o aumento de investimentos se deu especialmente em startups nas fases iniciais, de pré-seed e seed, enquanto houve uma desaceleração nos aportes em empresas maiores. Fonte: O Estado de S. Paulo

Projeto institui a Política Nacional Um Computador por Aluno. O Projeto de Lei 2945/20 cria a Política Nacional Um Computador por Aluno com o objetivo de garantir a oferta de computadores, programas (softwares) e assistência técnica em escolas da rede pública de ensino, incluindo as destinadas a pessoas com deficiência. O texto está sendo analisado pela Câmara dos Deputados. Autores da proposta, o deputado Pompeo de Mattos (PDT-RS) e outros 12 deputados do PDT explicam que o texto transforma em política pública o Programa Um Computador por Aluno, que foi criado em 2010 e não alcançou as metas pretendidas. O programa só permitiu uma edição do Regime Especial para Aquisição de Computadores para Uso Educacional (Recompe), que teve a vigência encerrada em dezembro de 2011. Fonte: Agência Câmara

Cidades com menos de 15 mil habitantes devem usar pregão eletrônico. Os municípios com menos de 15 mil habitantes terão de utilizar o pregão eletrônico em todas as aquisições de bens e serviços comuns, realizadas com recursos decorrentes de Transferências Voluntárias da União, a partir de segunda-feira (1º). Estão nesta situação 3.165 cidades, espalhadas por todas as regiões do Brasil. Segundo levantamento do Ministério da Economia, os convênios com esses municípios movimentaram mais de R\$ 2,2 bilhões em 2019. "Este é um movimento para tornar as contratações públicas mais eficientes, aumentando a concorrência nas licitações e gerando economia para o município. É também uma forma de ampliar a transparência sobre a utilização dos recursos das transferências voluntárias, pois o andamento de um pregão eletrônico pode ser acompanhado por qualquer cidadão interessado no controle social", explica o secretário de Gestão do Ministério da Economia, Cristiano Heckert, em nota. Fonte: Agência Brasil

CGI.br publica nota pedindo adiamento da votação do PL da Fake News. O Comitê Gestor da Internet publicou uma nota pública solicitando o adiamento da votação no Senado do projeto de lei 2630, que trata das fake news. A entidade alerta para 'a existência de múltiplos interesses implicados' e diz que é necessário que se amplie o debate. No documento, o CGI.Br informa que foram enviados na sexta-feira, 29, [ofícios](#) aos Presidentes da Câmara Federal e do Senado e aos líderes dos partidos no Congresso Nacional recomendando que se ampliem e aprofundem os debates, com a participação efetiva do CGI.br e de todos os agentes interessados, antes que matéria de tal "relevância para a garantia das instituições democráticas do país seja votada". A manifestação do CGI está em linha com outra manifestação, da Coalizão Direitos na Rede. Fonte: Abranet e Teletime

Novo Decreto induz órgãos públicos à transformação digital. Um novo Decreto presidencial, 10.382/20, publicado na sexta, 29/5, estimula os órgãos públicos a ingressarem em jornada de transformação digital como medida de maior eficiência. A norma formaliza o programa TransformaGov, de gestão estratégica, e que já conta com adesão de 10 pastas. "O programa vem para atender à necessidade de modernizar os órgãos de acordo com as demandas sociais atuais. A expectativa é que o programa possa alavancar o desempenho da administração pública como um todo", explica o secretário de Gestão, Cristiano Heckert. O programa estimula a revisão de processos de trabalho com premissas que privilegiam o uso de soluções digitais. Fonte: Convergência Digital

Ministro defende projetos para acelerar investimentos no pós-pandemia. Em reunião virtual da Mobilização Empresarial pela Inovação (MEI), na sexta-feira (29), o ministro da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, Marcos Pontes, defendeu projetos para acelerar investimentos em ciência, tecnologia e inovação quando a pandemia do coronavírus passar. O evento promovido pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) contou com a participação de deputados e senadores da Frente Parlamentar Mista de Ciência, Tecnologia, Inovações, pesquisadores e empresários. Em sua participação, o ministro detalhou as frentes de atuação do MCTIC e entidades vinculadas no combate à Covid-19 e reforçou o papel mundial da ciência na solução da crise. O ministério apoia iniciativas para tornar a Lei do Bem mais acessível e segura e mudanças na liberação do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT). Fonte: ASCOM MCTIC

Finep-MCTIC investe mais R\$ 132 milhões em tecnologias para combate à Covid 19. Em mais uma iniciativa destinada ao enfrentamento do novo coronavírus, a Finep – Financiadora de Inovação e Pesquisa,

empresa pública do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC) acaba de disponibilizar, por meio de edital, R\$ 132 milhões para o desenvolvimento de três linhas de pesquisa que ajudem no combate à pandemia. Os recursos, de subvenção econômica, serão destinados a empresas brasileiras de todos os portes que atuem, preferencialmente, em parceria com uma Instituição Científica, Tecnológica e de Inovação (ICT). Do total a ser investido, R\$ 80 milhões vão apoiar soluções inovadoras em ventiladores pulmonares mecânicos e equipamentos suplementares de suporte a vida de pacientes acometidos pela doença; R\$ 35 milhões serão aplicados no desenvolvimento de testes diagnósticos e biosensores, reagentes e insumos associados; e os R\$ 17 milhões restantes vão financiar máscaras de proteção, equipamentos e sistemas de descontaminação, desinfecção e esterilização. Fonte: ASCOM MCTIC

Governo unifica dados de aquisições realizadas durante a pandemia. O governo federal lançou na segunda-feira nova versão do painel de transparência das contratações relacionadas ao enfrentamento da pandemia e unificou os dados das aquisições feitas via Sistema de Compras do Governo Federal (Comprasnet). Recentemente, foram lançadas ferramentas de acesso às informações das compras via pregão e dispensa de licitação. Agora, um único painel consolida os dados de todas as modalidades de aquisições realizadas no Comprasnet, explica o Ministério da Economia. Fonte: Valor Econômico

Trump assina decreto que limita proteção a redes sociais. O presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, editou na quinta-feira (28) um decreto para regular as redes sociais no país. A iniciativa pode ter impactos no Brasil, uma vez que as principais plataformas utilizadas no país, como Facebook, Twitter, WhatsApp e Instagram, têm sede nos Estados Unidos, e caso haja obrigações legais, elas podem se estender também aos usuários brasileiros. Trump anunciou o decreto após o Twitter ter inserido um aviso a uma publicação do presidente alertando para o risco de que continha informações incorretas. Na sexta-feira (29), novamente o Twitter inseriu um novo aviso sobre uma publicação do presidente acerca dos protestos em Mineápolis sugerindo que ela continha apologia à violência. Fonte: Agência Brasil

E-commerce registra primeira retração. Com o isolamento social, shoppings e lojas fechadas, o segmento de e-commerce vinha sendo o principal responsável por amenizar o impacto do coronavírus no varejo. Os últimos balanços das grandes varejistas deixaram essa situação ainda mais clara: os players que possuem maior dependência de lojas físicas, foram também os que registraram os maiores prejuízos. Entre os segmentos com baixa performance no período estão Eletrodomésticos (-10,7%), Eletrônicos (-5,4%), Informática (-8,8%), Moda & Acessórios (-7,1%) e Perfumaria & Cosméticos (-6,9%). Apenas Telefonia & Celular registrou desempenho positivo, com leve alta de 1,9%. Fonte: O Estado de S. Paulo

Crédito para pagamento de salário será estendido a empresas com receita de até R\$ 50 milhões. O presidente do Banco Central (BC), Roberto Campos Neto, mostrou nesta segunda-feira que o governo vai alterar o escopo do programa de R\$ 40 bilhões que financia o pagamento de salários de pequenas e médias empresas. Campos Neto participou de audiência pública na Comissão Mista de acompanhamento dos gastos da Covid-19 no Congresso Nacional. O programa não estava atingindo os resultados esperados. Dos R\$ 40 bilhões disponíveis, apenas R\$ 1,9 bilhão foi financiado até a última semana. Segundo a apresentação do presidente, o programa agora deve incluir empresas maiores, com faturamento anual de até R\$ 50 milhões. Inicialmente, o financiamento era voltado para empresas que tinham faturamento de R\$ 360 mil a R\$ 10 milhões. Fonte: O Globo